

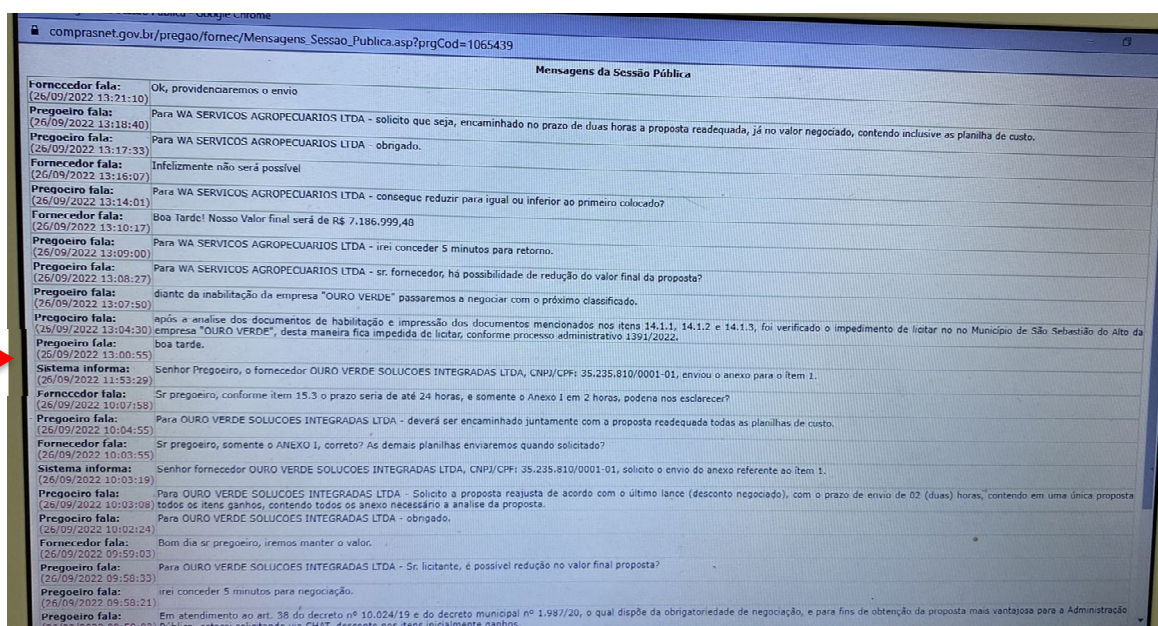
ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO

Pregão nº 73/ 2022

Processo: 2320/2022



OURO VERDE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA., já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente a presença de V. Sa. interpor tempestivamente seu **RECURSO** contra a sua inabilitação e consequente habilitação da WA SERVICOS AGROPECUARIOS LTDA, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

Em breve resumo foi aberto o Procedimento Licitatório n.º 2320/2022 – Pregão: 73/2022, tendo a Recorrente sido surpreendida com uma inabilitação por motivos de inidoneidade, conforme abaixo demonstrado:



Ocorre que até o momento da apresentação dos documentos não haviam nenhuma restrição em qualquer sistema referente a essa suposta inidoneidade, sendo a mesma incluída momentos antes do certame a fim de prejudicar o licitante e retirá-lo da disputa sem que o mesmo tivesse sido cientificado da inidoneidade no processo 1391/2022.

Não bastasse esse fato o não houve sequer o devido processo legal para que a empresa fosse penalizada com uma sanção desta natureza, senão observe, a única vez que a empresa foi notificada foi em 29/08/2022 para que se manifestasse acerca de uma suposta irregularidade de uma certidão apresentada em um certame que fora anulado. Após a notificação, de forma tempestiva a empresa prestou os esclarecimentos, e pasmem, depois disso não houve qualquer comunicado formal a empresa para que a mesma tomasse ciência de alguma decisão e pudesse exercer o seu direito de recorrer, violando frontalmente o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, direitos constitucionalmente garantidos.

	Município de São Sebastião do Alto Estado do Rio de Janeiro Procuradoria-Geral do Município
<u>Notificação</u>	
<u>Processo 1391/2022</u>	
<i>Ref: Ouro Verde Soluções Integradas Ltda</i> <i>Pregão 10/2022</i>	
Notifico, o Responsável pela empresa em epígrafe, a se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, a respeito da notícia de apresentação de documento falso, pertinente à Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme anexo, fato de dentre outros, configura crime previsto no artigo 90 da Lei 8.666/93.	
<i>Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:</i> <i>Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.</i>	
São Sebastião do Alto, 17 de agosto de 2022	
 Gisele Pietrani Conceição Queiroz Procuradora-Geral do Município – OAB/RJ 84.793	

A empresa sem ter conhecimento de quaisquer decisões de inidoneidade então entrou para participar do certamente em comento e após ter vencido a disputa a Comissão Pregoeira literalmente pregou a peça de inabilitá-los por supostamente existir um impedimento para licitar no município.

Ao que nos parece houve um conluio por parte da administração pública municipal para finalizarem o processo administrativo na surdina e sorrteiramente, sem que houvesse as garantias constitucionais mínimas, com o claro intuito de prejudicar a ora recorrente e privilegiar a segunda colocada.

Ressalte-se que tal situação já foi relatada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para ciência e adoção das medidas cabíveis.

Protocolo Aceito
De: novreply@tcej.rj.br
Para: contata@sefazouroverde.com.br
Cópia:
Cópia enviada:
Assunto: Protocolo Aceito
Enviado em: 30/09/2022 15:39
Recebido em: 30/09/2022 15:39

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comprovante de Recepção pelo Protocolo

O Protocolo 4080601e-35cb-4c1e-b92c-a5e660dbc3b9 foi aceito e transformado no Documento interno 22194-5/2022
Data: 9/30/2022 3:39 PM
• RG-OPF.pdf - Id sha256: 908553908C6D19D477862F859622257837FA7A0821627D126924C79AE4F64F8E
• FORMULARIO- CGO-2022.pdf - Id sha256: 9818C741663FCA70E097818FACAB0A5FE3AB63943331D28E58062E7A8B73714

Para consultar a situação do protocolo utilize o seguinte endereço: <https://www.tcej.rj.br/protocolo-publico-eletronico/doc?guidProtocolo=4080601e-35cb-4c1e-b92c-a5e660dbc3b9>

Ademais, foram identificados vícios e indícios de ilegalidade neste procedimento licitatório, quando foi habilitada pela Comissão Pregoeira a segunda Empresa que apresentou Atestados de Capacidade Técnica dos anos de 2018 e 2019, porém consta em seu Contrato Social que somente no ano de 2022, especificadamente em agosto, houve a inclusão de tal atividade, desta forma os atestados são de períodos a qual a empresa não era habilitada para prestar tal atividade, uma verdadeira fraude!

Ressalte-se ainda que o atestado de capacidade técnica foi fornecido por uma empresa que está INAPTA há anos, as assinaturas quase ilegíveis, sem sequer ter o reconhecimento de firma e não foi feita nenhuma diligência para averiguar a situação, em claro favorecimento a WA SERVICOS AGROPECUARIOS LTDA que não possuía tempo hábil para apresentação de atestados atuais de capacidade técnica e sua consequente comprovação de APTIDÃO, vindo a criar os Atestados para sagrar-se vencedora do certame.

Os referidos erros podem e devem ser reparados com base princípio da autotutela administrativa referenciado nos Verbetes Sumulares n.º 346 e 473 do STF¹ em que há o permissivo para o reconhecimento por parte da Administração Pública quando se defronta com equívocos decorrentes dos seus próprios atos, podendo assim rever os atos administrativos para restaurar a situação de validade e consequente regularidade.

¹ **Súmula 346** - A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. **Súmula 473** - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Não se trata apenas de uma faculdade, mas de um dever, uma vez que não se pode admitir que, diante de situações irregulares, o ente público permaneça inerte, sob pena de responsabilização dolosa.

Na mesma linha o Art. 53 da Lei 9.784/99, no âmbito da Administração Pública Federal, também enuncia que: A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

Por todo o exposto, vimos requerer, o recebimento do presente recurso, eis que tempestivos, o seu regular processamento e consequente provimento para:

1- Suspender SINE DIE o referido Certame (Pregão nº 73/ 2022 - Processo: 2320/2022), até que haja a coisa julgada administrativa no Processo Administrativo n.º 1391/2022, uma vez que a a recorrente sequer teve ciência da suposta penalidade que lhe foi aplicada. Ademais, reitera o pedido urgente de cópia integral do referido Procedimento Licitatório, pois já solicitou por 03 (três) vezes e até a presente data vem sendo solenemente ignorado pela Administração Pública Municipal;

2- Revogar a inabilitação da ora recorrente e consequentemente todos os atos administrativos que foram praticados após esta incorreta inabilitação;

3- Abrir procedimento administrativo em face da WA SERVICOS AGROPECUARIOS LTDA, por ter juntado documento falso no procedimento licitatório e possivelmente tendo violado o art. 90 da Lei 8.666/90 e;

4- E, por fim, entendendo ser menos gravoso para a Administração Pública Municipal, revogar tanto o processo que gerou a nefasta inidoneidade do recorrente como todo este certame e licitar novamente o objeto pretendido, possibilitando o recorrente a participar novamente.

Termos em que, aguarda deferimento.

EQUIPE JURÍDICA

OURO VERDE SOLUÇÕES INTEGRADAS

CNPJ: 35.235.810/0001-01

Rua Ferroviário Joaquim Alves do Amaral Filho S/N - Botafogo – Macaé-RJ

JOSÉ PAULO DA SILVA SALES

CPF: 044.374.965-58



35.235.810/0001-01

OURO VERDE SOLUÇÕES INTEGRADAS

R. Ferroviário Joaquim Alves do Amaral
Filho SN, Botafogo - Macaé/RJ
CEP: 27946720